

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Julho 05***

-----Verificada a existência de “quórum” foi declarada aberta a reunião, pelas dez horas. -----

----- Pelas dez horas, reuniu o executivo municipal nas instalações do Centro Educativo de Montemor-o-Velho, iniciando-se a reunião agendada para o dia de hoje, com uma visita ao novo equipamento escolar. -----

----- A visita foi guiada pelo Adjunto da presidência, Prof. Carlos Alberto Sousa e por um representante do órgão de gestão do agrupamento de escolas de Montemor-o-Velho, Dr. Aníbal Carvalho, que prestaram todas as informações solicitadas.-----

----- No final desta visita, os trabalhos foram suspensos, tendo prosseguido já no edifício dos Paços do Concelho. -----

#### **-----DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 21 DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZ (ACTA 15). -----**

----- A acta da reunião ordinária realizada no dia 21 de Junho de 2010, depois de lida foi posta à votação e aprovada por unanimidade.-----

#### **----- ORDEM DO DIA -----**

----- O Presidente da Câmara propôs, nos termos e para os fins do disposto no art. 83.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que fossem incluídos para discussão os seguintes pontos: -----

----- I – DEPARTAMENTO DE INVESTIMENTOS MUNICIPAIS (DIM) -----

----- 1. DIVISÃO DE EQUIPAMENTOS E EDIFÍCIOS (DEE)-----

----- 2. Conservação e reparação de estradas, arruamentos e caminhos municipais: Freguesia de Pereira – Abertura de Procedimento – Ajuste directo” -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a alteração à Ordem do Dia nos termos propostos pelo Presidente da Câmara. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

#### **----- PROPOSTAS -----**

#### **----- INFORMAÇÕES -----**

#### **----- DO PRESIDENTE DA CÂMARA -----**

----- **Primeira** – O Presidente da Câmara informou que, na sequência da visita efectuada nesta data, ao Centro Educativo, queria apresentar algumas ideias claras sobre sua funcionalidade, esperando que abra formalmente no mês de Setembro do corrente ano. ----

----- O custo global da obra como parte daquele que ainda vai ser lançado na presente reunião, vai-se situar entre os 2,2 – 2,3 milhões de euros. A obra em si, de execução física, que foi visitada, situar-se-à em cerca de 1,7 milhões de euros e teve 8-9 meses de concretização, pressupõe a feitura de 14 salas para o 1º. Ciclo, três salas para o pré-escolar,

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Julho 05***

salas polivalentes e vai ter nesta primeira fase já inscritos, cerca de 220 alunos, ou seja, 170 do 1º. Ciclo e cerca de 50 no pré-escolar. -----

----- O transporte que vai ser garantido a esta estrutura neste momento está assegurado pela Câmara Municipal através da disponibilidade de meios, quer próprios, quer alugados. Vai envolver cerca de 109 crianças das quais ao Centro Educativo de Montemor, se destinam de cerca de 90 alunos, ou que irá dar um índice de cobertura muito próximo dos 50% dos alunos que ali se encontram, que vão ser transportados e assegurados pela Câmara Municipal. -----

----- Os horários, em relação ao 1º. Ciclo, o circuito vai ter início às 8,00 horas em Reveles e vai pressupor que após algum tempo de leitura sobre o tempo necessário a concretizar todo esse circuito ele pode vir a ser reduzido. Numa primeira fase com a garantia de que não haja falhas. De Gatões, a saída será às 8,20 horas. -----

----- Em termos do pré-escolar e para este mesmo Centro Educativo, as crianças sairão da Abrunheira às 8,30 horas, Houve uma preocupação de escalonar conforme os níveis etários, o transporte, ficando o autocarro da Câmara em exclusividade para o transporte do pré-escolar. Por isso sairá mais tarde para permitir que as crianças estejam o menos tempo possível fora do seu agregado familiar até chegar ao Centro Educativo. -----

----- Em seguida, foi projectado um trabalho sobre os locais previstos para entrega e saídas das crianças, quer das mais jovens, quer de média idade, a que todo o Executivo assistiu. -----

----- Seguidamente usou da palavra o Vereador Emílio Torrão dizendo que, em relação à visita efectuada ao Centro Educativo, tinham visto uma obra excelente, uma escola do séc. XXI, pretendendo deste modo elogiar o trabalho realizado por todas as equipas. A apreciação dos Vereadores do Partido Socialista é totalmente positiva. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

#### **----- DO VEREADOR EMÍLIO TORRÃO -----**

----- **Primeira** – O Vereador Emílio Torrão informou que pretendia saber qual o destino da ETAR de Arazede, qual o estado em que a obra se encontra e a previsão da entrada em funcionamento? -----

----- O Director do DIM informou que no que for possível, a ETAR antiga será utilizada na da Portela. No que diz respeito à nova, estará com cerca de 70%, de execução. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

#### **----- I. DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO -----**

#### **----- 1-DIVISÃO FINANCEIRA -----**

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Julho 05***

### -----SECÇÃO DE CONTABILIDADE-----

#### ----- 1 – EMPRÉSTIMOS DE LONGO PRAZO PARA FINANCIAMENTO DE -- ----- PROJECTO PPI NO ÂMBITO DO QREN ----- ----- – CENTRO DE ALTO RENDIMENTO (CAR) – ANÁLISE DAS ----- ----- PROPOSTAS -----

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento de uma informação dos Serviços da Divisão Financeira, que a seguir se transcreve:-----

----- “Na sequência da deliberação de Câmara de 21-06-2010 foram solicitadas propostas para o empréstimo acima identificado, a quatro instituições de crédito com balcão no concelho – CGD, BES, BPI e CCAM – nas seguintes condições: -----

----- Montante: € 2.784.500,00; -----

----- Utilização: em conta corrente de acordo com a execução financeira da obra; -----

----- Prazo: 20 anos (equivalente à vida útil do investimento);-----

----- Diferimento: durante a execução financeira do projecto, com o prazo máximo de 2 anos;-- -----

----- Pagamentos: trimestrais com prestações constantes. -----

----- O Banco BPI respondeu informando que não lhe é possível apresentar proposta susceptível de merecer o interesse do Município, dadas as actuais circunstâncias de mercado. -----

----- O BES e a CCAM não apresentaram qualquer resposta / proposta.-----

----- A Caixa Geral de Depósitos apresentou proposta para as condições apresentadas, com um “spread” de 3,874% e taxa de juro indexado à Euribor a 6 meses. -----

----- Assim, dado que apenas foi apresentada uma proposta pela Caixa Geral de Depósitos nada obsta a que a mesma seja aceite nas condições previstas na mesma”. -----

----- Usou da palavra o Vereador Emílio Torrão dizendo que votavam favoravelmente, não deixando de considerar a taxa elevada, mas compreendem, dadas as condições actuais do mercado, o que não os deixa de preocupar. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aceitar as condições apresentadas pela Caixa Geral de Depósitos com um “spread” de 3,874% e taxa de juro indexado à Euribor a 6 meses. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

#### ----- 2 – EMPRÉSTIMOS DE LONGO PRAZO PARA FINANCIAMENTO DE -- ----- PROJECTO PPI NO ÂMBITO DO QREN ----- ----- – CENTRO EDUCATIVO DE MONTEMOR-O-VELHO – ANÁLISE ---- ----- DAS PROPOSTAS-----

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Julho 05***

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento de uma informação dos Serviços da Divisão Financeira, que a seguir se transcreve: -----

----- "Na sequência da deliberação de Câmara de 21-06-2010 foram solicitadas propostas para o empréstimo acima identificado, a quatro instituições de crédito com balcão no concelho – CGD, BES, BPI e CCAM – nas seguintes condições:-----

----- Montante: € 543.800,00; -----

----- Utilização: em conta corrente de acordo com a execução financeira da obra; -----

----- Prazo: 20 anos (equivalente à vida útil do investimento); -----

----- Diferimento: durante a execução financeira do projecto, com o prazo máximo de 1 ano;--- -----

----- Pagamentos: semestrais com prestações constantes. -----

----- O Banco BPI respondeu informando que não lhe é possível apresentar proposta susceptível de merecer o interesse do Município, dadas as actuais circunstâncias de mercado. -----

----- A Caixa Geral de Depósitos apresentou proposta para as condições apresentadas, com um "spread" de 3,874% e taxa de juro indexado à Euribor a 6 meses. -----

----- Relativamente à Caixa de Crédito Agrícola Mutuo do Baixo Mondego, CRL., a mesma apresentou proposta com um "spread" de 2,950% e taxa de juro indexada à Euribor a 6 meses. -----

----- Dado que as condições constantes das propostas apresentadas são idênticas, nomeadamente a utilização da taxa de referência Euribor a 6 meses, a análise resume-se basicamente ao valor do "spread". -----

----- Assim, a proposta que julgo mais vantajosa para os interesses do Município é a da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, CRL, com um "spread" de 2,950%, contra os 3,874% da CGD. - -----

----- No que se refere às restantes condições constantes das propostas não há nada de relevante que justifique a não opção pelo "spread" mais baixo". -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aceitar as condições apresentadas pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, CRL, com um "spread" de 2,950%, por considerar ser a mais vantajosa.-----

----- Mais deliberou mandar efectuar audiência aos interessados nos termos e para efeitos do disposto no artº. 100º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **SECÇÃO DE PATRIMÓNIO E APROVISIONAMENTO** -----

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

## ***Reunião ordinária de 2010 de Julho 05***

-----SECÇÃO DE FINANÇAS LOCAIS-----

-----TESOURARIA-----

----- 1 - RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA -----

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria, relativo ao dia 02 de Julho do corrente ano, acusando um saldo para o dia seguinte, em Operações Orçamentais, de 5.483,61 € (cinco mil quatrocentos e oitenta e três euros e sessenta e um cêntimos) e em Operações de Tesouraria de 395.966,80 (trezentos e noventa e cinco mil novecentos e sessenta e seis euros e oitenta cêntimos).-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

-----2 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS -----

-----SECÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL-----

-----SECÇÃO DE APOIO AOS ORGÃOS-----

-----SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS-----

-----II – DEPARTAMENTO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO -----

----- 1 - INFORMAÇÃO A QUE SE REFEREM OS ART.S 65º E 69.º DA-----

----- LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO -----

----- DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----

----- Foi presente uma informação, referente ao artigo 65º e 69º da Lei número 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção da Lei número 5-A/2002, de 11 de Janeiro, no tocante às decisões tomadas no âmbito deste Departamento, no período compreendido entre o dia 21 de Junho e 2 de Julho do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número um).-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- 2 – 6ª. ALTERAÇÃO AO PARQUE DE NEGÓCIOS DE MONTEMOR-  
O-VELHO, REQUERIDO POR SOLTOTAL – FABRICAÇÃO DE

----- APARELHOS DE ENERGIA SOLAR E POR HERMES & FILHOS, LDª.,  
-----

----- SITIO NO PARQUE DE NEGÓCIOS DE MONTEMOR-O-VELHO-----

----- Foi proposto pelos Serviços na informação DOT nº. 103-TR/2010, que relativamente ao processo em epígrafe, se proceda à abertura do período de consulta pública, uma vez que não foi cumprido o disposto no nº. 3 do artigo 27º. do Dec- Lei nº. 555/99, de 16 de Dezembro, na sua actual redacção.-----

----- É ainda proposto pelos Serviços que caso não haja registo de qualquer exposição/contestação sobre o assunto, durante o período de discussão pública, seja considerado aprovado o pedido de alteração de loteamento nos moldes da informação mencionada. -----

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Julho 05***

----- Usou da palavra o Vereador Emílio Torrão dizendo que o sentido de voto dos Vereadores do Partido Socialista, é favorável, atendendo a que se prevê uma redução de área. Se fosse o contrário não estariam de acordo.-----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada e submeter o pedido a discussão pública, conforme o nº. 2 do artigo 27º do Decreto-Lei 555/99, com a redacção actual. -----

----- Mais deliberou que, decorrido o prazo concedido na lei sem que haja exposições/contestações por parte dos restantes proprietários dos lotes, aprovar a alteração ao loteamento nos moldes da informação dos Serviços atrás mencionada. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

#### **----- 3 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DA EDIFICAÇÃO E DA URBANIZAÇÃO -----**

----- Na sequência da reunião de Câmara, datada de 24 de Maio findo, foi novamente presente a proposta em epígrafe. Acompanhava tal proposta, a informação DOT nº187/2010, de 29 de Junho, propondo, por sugestão do Sr. Dr. Emílio Torrão, rectificações/aditamentos aos artigos 8º, 19º, 22º, 24º-A e 25º do Regulamento Municipal da Edificação e da Urbanização. -----

----- Usou da palavra o Vereador Emílio Torrão dizendo que em relação à proposta de alteração ao regulamento municipal, queria deixar uma primeira nota: elogiar os serviços pelo trabalho realizado. Houve uma melhoria substancial do texto. -----

----- Quanto à questão do art. 25º., em que os serviços deixam uma opção, os Vereadores do Partido Socialista são de parecer que a primeira opção está correcta, devendo ser contudo ressalvada a questão de que os prazos iniciais e respectivas prorrogações das obras de urbanização não podem ser ultrapassados, activando-se desde logo os mecanismos. -----

----- Portanto, o número quatro tem que ser aditado, desta menção, de que os prazos iniciais e respectivas prorrogações das obras de urbanização não podem ser ultrapassados. -

----- Assim sendo, votam favoravelmente a proposta de alteração ao Regulamento Municipal da Edificação e da Urbanização. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade concordar com a presente proposta de alteração ao Regulamento Municipal da Edificação e da Urbanização. -----

----- Mais deliberou: -----

----- a) Que o Prof. Dr. Mota e Costa defina o valor das taxas a criar nos termos propostos;

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Julho 05***

----- b) Submeter o mesmo a discussão pública pelo período de 30 dias, nos termos previstos no n.º 3 do art.º 3.º do Regime Jurídico da Edificação e da Urbanização. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **1 - DIVISÃO DE PLANEAMENTO TERRITORIAL** -----

----- **2 - DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL** -----

----- **SECÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA E APOIO AO MUNÍCIPE** -----

----- **III – DEPARTAMENTO DE INVESTIMENTOS MUNICIPAIS** -----

----- **1 – DIVISÃO DE EQUIPAMENTOS E EDIFÍCIOS** -----

----- **1 – CENTRO EDUCATIVO DE MONTEMOR-O-VELHO: ARRANJOS**

----- **EXTERIORES - ABERTURA DE PROCEDIMENTO – AJUSTE** -----

----- **DIRECTO.** -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços onde refere que, na empreitada relativa à construção do Centro Educativo de Montemor-o-Velho, não foi prevista a execução de um parque infantil e arranjos exteriores, capazes de satisfazer as condições mínimas de recreio e lazer das crianças utentes desse centro educativo. -----

----- O preço base destes trabalhos é de 55.209,61€ com um prazo de execução de 30 dias, pelo que deverão ser aprovadas as peças do procedimento para abertura de concurso. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte: -----

----- Um – Aprovar o Projecto e Caderno de Encargos e que os Serviços iniciem procedimento por ajuste directo nos termos da alínea a) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro. -----

----- Dois – Que se convidem os empreiteiros sugeridos pelos Serviços. -----

----- Três – Nomear o júri, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 67º do Código dos Contratos Públicos (CCP): -----

----- - Isabel de Jesus Maurício Quinteiro, Engª, Vereadora – Presidente -----

----- - Paula Cristina Nunes de Aguiar, Engª – Vogal -----

----- - Luís Miguel Lopes da Costa, Téc. – Vogal -----

----- Em caso de falta e impedimento de algum (s) dos membros acima indicados, serão os mesmos substituídos por: -----

----- - Célia Maria Gariso de Oliveira, Dra. – Vogal -----

----- - Ana Raquel Fonseca, Engª - Vogal -----

----- Quatro – Delegar no júri do concurso a competência para apreciação e seguimento dos pedidos de esclarecimentos e das listas de erros e omissões apresentadas ao abrigo do disposto no n.º 2 do art.º 69º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro. -----

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Julho 05***

----- Cinco – Aprovar esta deliberação em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

----- O ponto seguinte foi introduzido na Ordem do Dia -----

----- 2 – CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE ESTRADAS, ARRUAMENTOS

----- E CAMINHOS MUNICIPAIS: FREGUESIA DE PEREIRA” -----

----- ABERTURA DE PROCEDIMENTO – AJUSTE DIRECTO -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços onde refere que, é necessário proceder à construção de um pontão com demolição do existente na vala de Pereira junto ao recinto da feira, incluindo reperfilagem do leito da vala e aplicação de pedra de rachão. -----

----- O preço base destes trabalhos é de 69.840,00€ com um prazo de execução de 60 dias, pelo que deverão ser aprovadas as peças do procedimento para abertura de concurso. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte: -----

----- Um – Aprovar o Projecto e Caderno de Encargos e que os Serviços iniciem procedimento por ajuste directo nos termos da alínea a) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro. -----

----- Dois – Que se convidem os empreiteiros sugeridos pelos Serviços. -----

----- Três – Nomear o júri, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 67º do Código dos Contratos Públicos (CCP): -----

----- - Adelino Caridade Miranda, Engº – Presidente -----

----- - Paula Cristina Nunes de Aguiar, Engª – Vogal -----

----- - António Manuel Maurício Quinteiro, Téc. – Vogal -----

----- Em caso de falta e impedimento de algum (s) dos membros acima indicados, serão os mesmos substituídos por: -----

----- - Célia Maria Gariso de Oliveira, Dra. – Vogal -----

----- - Ana Raquel Fonseca, Engª - Vogal -----

----- Quatro – Delegar no júri do concurso a competência para apreciação e seguimento dos pedidos de esclarecimentos e das listas de erros e omissões apresentadas ao abrigo do disposto no n.º 2 do art.º 69º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro. -----

----- Cinco – Aprovar esta deliberação em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

----- 2 - DIVISÃO DE SISTEMAS AMBIENTAIS -----

----- 1 – ACIDENTE DEVIDO A TAMPA DE CAIXA DE VISITA DE ÁGUAS

----- RESIDUAIS NO CM 1092 - RECLAMAÇÃO DE -----

----- RODOMONDEGO, LDA. -----

----- Na sequência da reclamação apresentada pela Rodomondegó, Lda. sobre o acidente ocorrido no CM 1092 que liga a Carapinheira às Meãs, foi presente o respectivo



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Julho 05***

processo acompanhado de uma informação dos Serviços e de um orçamento no montante de 488,90€ (quatrocentos e oitenta e oito euros e noventa cêntimos) - IVA já incluído.-----

----- O Vereador Emílio Torrão tomou a palavra propondo que em situações futuras e idênticas à actual, apesar dos reclamantes apresentarem orçamento, deverão os Serviços, também, solicitar um ou mais orçamentos para a reparação dos danos sofridos. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e, deliberou por unanimidade assumir os prejuízos causados na viatura da firma Rodomondego, Lda. no montante de 488,90€ (quatrocentos e oitenta e oito euros e noventa cêntimos) - IVA já incluído, devendo o mesmo apresentar os seguintes documentos: -----

----- Um - Livrete e Registo de Propriedade do veículo sinistrado, fazendo igualmente prova de que é legítima proprietária do mesmo. -----

----- Dois – Documento (original) comprovativo do pagamento da quantia em causa. -----

----- Três – Aprovar a proposta apresenta pelo Vereador Emílio Torrão. -----

----- Quatro – Aprovar esta deliberação em minuta para produzir efeitos imediatos.

----- **2 – REDE DE ESGOTOS DE ARAZEDE: FASE A (REDES) E PARTE -----**

----- **REFERENTE À EX-EN 335- PROGRAMA DE TRABALHOS, MÃO DE -----**

----- **OBRA E PAGAMENTOS DEFINITIVOS. -----**

----- Foi presente uma informação dos Serviços acompanhada do Plano de Trabalhos Definitivo, Cronograma Financeiro, Plano de Pagamentos, Plano de Mão de Obra e Plano de Equipamentos apresentados pelo empreiteiro adjudicatário da obra em epígrafe, referindo que estes estão em condições de serem aprovados. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o Plano de Trabalhos Definitivo, Cronograma Financeiro, Plano de Pagamentos, Plano de Mão de Obra e Plano de Equipamentos.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

----- **3 – REDE DE ESGOTOS DE GATÕES E SEIXO: (REDES) -----**

----- **- TRABALHOS A MAIS E A MENOS.-----**

----- Foi presente uma informação dos Serviços que refere que com o desenvolvimento dos trabalhos respeitantes à implantação dos colectores na Freguesia de Gatões, verificou-se que são necessárias algumas correcções, tendo em vista o ajustamento do projecto, às situações reais detectadas em obra, as quais comprometem o normal desenrolar dos trabalhos se não forem corrigidas. -----

----- Os Serviços informaram ainda que, das referidas alterações resultaram trabalhos a mais com preços da proposta inicial no valor de 58.614,29€ (cinquenta e oito mil seiscentos e catorze euros e vinte e nove cêntimos) e preços a acordar com o empreiteiro no montante

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Julho 05***

de 3.240€ (três mil duzentos e quarenta euros). Foram ainda encontrados trabalhos a menos no montante de 36.820€ (trinta e seis mil oitocentos e vinte euros). -----

----- Tomou a palavra o Vereador Emílio Torrão solicitando esclarecimentos sobre os pontos cinco e seis da informação dos Serviços. -----

----- O Director de Departamento prestou os seguintes esclarecimentos: relativamente ao ponto cinco, a execução de caixas de visita com queda guiada são trabalhos previstos nas peças desenhadas do projecto inicial, mas que não constam do mapa de quantidades. -----

----- No que respeita ao atravessamento de aquedutos, são trabalhos imprevistos na proposta inicial, mas que são imprescindíveis à realização da obra, nomeadamente à aplicação de colectores/conduitas e de ramais domiciliários. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte: -----

----- Um – Autorizar os trabalhos a mais com preços da proposta inicial no valor de 58.614,29€ (cinquenta e oito mil seiscientos e catorze euros e vinte e nove cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com um prazo de execução de 23 dias. -----

----- Dois – Tomar conhecimento e autorizar preços a acordar com o empreiteiro no valor de 3.240€ (três mil duzentos e quarenta euros). -----

----- Três - Tomar conhecimento dos trabalhos a menos no montante de 36.820€ (trinta e seis mil oitocentos e vinte euros). -----

----- Quatro – Que seja celebrado contrato adicional nos moldes do inicial, com a empresa Ernesto Alves Pinto & C<sup>a</sup>, Lda. no montante de 61.854,29€ (sessenta e um mil oitocentos e cinquenta e quatro euros e vinte e nove cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

----- Cinco - Aprovar a minuta do contrato e conferir poderes ao Presidente da Câmara para outorgar o contrato. -----

----- Seis - Aprovar esta deliberação em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

#### **----- IV. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ACÇÃO SOCIAL E FAMÍLIA -----**

#### **----- 1 – PROJECTO DE NOVO REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DA COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA NOS ESTABELECIMENTOS - DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO. -----**

----- O Vereador Pedro Machado informou que em 9 de Julho de 2007, foi aprovado pelo Executivo Municipal o Regulamento de Funcionamento da Componente de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar da Rede Pública do Município de Montemor-o-Velho. -----

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Julho 05***

----- No entanto, passados três anos sobre a aprovação do Regulamento supra referido, e considerando as alterações legislativas com repercussão em matéria de acção social escolar, nomeadamente as estabelecidas pelo regime jurídico aplicável à atribuição e funcionamento dos apoios no âmbito da acção social escolar e pelas condições de aplicação das medidas de acção social escolar definidas anualmente por Despacho Ministerial, e tendo sempre como objectivo fundamental cooperar com as famílias de modo a responder às suas necessidades sócio-educativas, impõe-se proceder à adaptação das normas constantes do actual Regulamento de Funcionamento da Componente de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar da Rede Pública do Município de Montemor-o-Velho.-----

----- Para tanto junta-se Projecto de Regulamento, propondo-se a sua aprovação pelo executivo municipal, subsequente apreciação pública e posterior submissão à Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho. -----

----- Mais informamos que este documento já foi presente ao Conselho Municipal de Educação e obteve parecer favorável (documento anexo à presente acta sob o número dois. --- -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar Regulamento de Funcionamento da Componente de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar da Rede Pública do Município de Montemor-o-Velho. -----

----- Mais deliberou por unanimidade submeter o mesmo a discussão pública pelo período de 30 dias. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

#### ----- **2 – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO SERVIÇO DE REFEIÇÕES--** **DAS ESCOLAS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO DAS REDE ---** **PÚBLICA-----**

----- O Vereador Pedro Machado informou que, decorrido um ano da entrada em vigor do Regulamento do Serviço de Refeições das Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Rede Pública, e tendo em conta a actual conjuntura socio-económica, a Câmara Municipal tendo sempre como objectivo fundamental cooperar com as famílias de modo a responder às suas necessidades sócio-educativas e mostrando-se sensível a esta problemática, propõe uma alteração às Regras de Pagamento, nomeadamente do art.º 9.º do citado Regulamento.-----

----- Assim sendo propõe-se que o n.º1 do art.º 9.º passe a ter a seguinte redacção:-----

----- “1 – O pagamento da mensalidade é feito até ao dia 8 do mês a que se reporta.” ----

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Julho 05***

----- Assim propõe a sua aprovação pelo executivo municipal, subsequente apreciação pública e posterior submissão à Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho. -----

----- Informou ainda que o referido documento já foi presente ao Conselho Municipal de Educação e obteve parecer favorável (documento anexo à presente acta sob o número três).-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a alteração ao n.º1 do art.º 9.º, devendo o mesmo passar a ter a seguinte redacção: -----

----- "1 – O pagamento da mensalidade é feito até ao dia 8 do mês a que se reporta." ----

----- Mais deliberou por unanimidade submeter o mesmo a discussão pública pelo período de 30 dias. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **3 – FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA O ANO -----**  
**LECTIVO 2010-2011.** -----

----- O Vereador Pedro Machado deu conhecimento de uma informação dos Serviços do teor seguinte: -----

----- "A Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais.-----

----- Em matéria de educação, este diploma prevê a competência dos órgãos municipais, no que se refere à rede pública, comparticipar no apoio às crianças a frequentar a educação pré-escolar e aos alunos do ensino básico, no domínio da acção social escolar. -----

----- 1 - Face ao preceituado neste diploma legal, compete à Câmara Municipal no âmbito do apoio a actividades de interesse municipal, deliberar em matéria de acção social escolar, designadamente no que respeita a alimentação para as crianças que frequentam o 1.º Ciclo do Ensino Básico e Pré-Escolar.-----

----- Conforme é do conhecimento de V. Ex.<sup>a</sup>, torna-se necessário proceder à aquisição de serviços destinados ao fornecimento de refeições (almoço e lanche) nos estabelecimentos de ensino pré-escolar e do 1.º CEB, para o ano lectivo 2010/2011. -----

----- Relativamente ao ano lectivo 2010/2011 não houve alterações significativas no número de alunos inscritos, pelo que os valores adiante mencionados têm como base de cálculo o custo das refeições prestadas no ano lectivo 2009/2010.-----

----- As refeições deverão começar a ser prestadas a partir do dia 13 de Setembro, ficando esta data condicionada ao calendário escolar que será estabelecido para o próximo ano lectivo pelo Ministério da Educação. -----

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Julho 05***

----- De referir que as refeições escolares dos alunos matriculados nas E.B. 1. de Aformoseia, Carapinheira, Torre, Meãs, Casal Novo, Jardim de Infância de Carapinheira, Meãs, E.B.1 de Arazede, E.B.1 Bunhosa, Jardim de Infância de Arazede e Jardim de Infância da Bunhosa serão servidas pelas IPSS's do concelho e pela Junta de Freguesia de Arazede, com as quais existem protocolos estabelecidos. Quanto E.B.1 de Pereira, E.B.1 de Montemor e E.B.1 das Faíscas, Jardim de Infância de Pereira e Jardim de Infância de Montemor será a empresa concessionada pela DREC cujo processo de adjudicação ainda se encontra em curso. -----

----- No presente ano lectivo prevê-se que cerca de 1000 alunos se inscrevam no processo de refeições. -----

----- Assim e para efeitos de concurso para o fornecimento de almoços/lanches foram demarcadas três zonas de acordo com os Agrupamentos de Escolas existentes no Concelho e atendendo à proximidade geográfica entre as localidades: -----

----- Zona 1 – Agrupamento de Arazede – E.B.1 e Jardim de Infância do Tojeiro, Jardim de infância de Liceia, E.B.1 dos Resgatados e E.B.1 do Viso -----

----- Face ao exposto, e estando subjacente uma maior celeridade do procedimento propomos, salvo melhor opinião que seja feito um Ajuste Directo, uma vez que o mesmo permite a celebração de contratos de valor inferior a 75.000€ para cada uma das zonas, conforme estipulado na alínea a) do nº 1 do artº 20 do CCP. -----

----- Sugere-se o convite às seguintes entidades, as quais deverão estar inscritas na Plataforma Electrónica: -----

----- - ITAU -----

----- - Nordigal -----

----- - Eurest -----

----- - Socigeste-----

----- - Gertal-----

----- Mais se informa que o critério a considerar para a apreciação das propostas será o mais baixo preço. -----

----- 2 – No entanto e de acordo com o estipulado nos art.º 67 a 69 do CCP mostra-se necessário que a Câmara Municipal designe a constituição de um Júri para cada procedimento. -----

----- Sugere-se, por economia processual que o Júri para as quatro zonas seja constituído pelos mesmos elementos. -----

----- Sugere-se ainda a seguinte constituição:-----

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Julho 05***

----- Presidente – Dr. Pedro Manuel Monteiro Machado - Vereador do Pelouro da Educação -----

----- 1.º Vogal Efectivo – Carla Sofia Dias Soares – Técnica Superior -----

----- 2.º Vogal Efectivo – José Manuel Oliveira Correia de Sousa – Assistente Técnico -----

----- 1.º Vogal Suplente – Dr.ª Sílvia Maria Faria dos Santos Machado Marque – Técnica Superior -----

----- 2.º Vogal Suplente – Dr. Paulo Alexandre Rama Teixeira – Chefe de Divisão Financeira -----

----- Sendo o Presidente substituído em caso de falta ou impedimento por qualquer um dos outros elementos, na ordem indicada. -----

----- Deverá ser delegado no júri do procedimento a competência para apreciação e seguimento dos pedidos de esclarecimento e das listas de erros e omissões apresentadas ao abrigo do disposto no n.º 2 ao art.º 69.º do CCP, com excepção da competência para a decisão de qualificação dos candidatos e para a decisão de adjudicação. -----

----- Mais proponho que este assunto seja aprovado em minuta dada a urgência do assunto”. -----

----- Usou da palavra o Vereador Emílio Torrão, dizendo que o sentido de voto dos Vereadores do Partido Socialista é favorável mas pretendiam um esclarecimento prévio. Parecia-lhe da leitura que fez, que o único critério é o de baixo preço. Pensava que era uma prestação de serviços extremamente sensível e portanto deviam ser adoptados de futuro outros critérios para este concurso. -----

----- O Vereador Pedro Machado informou que não tinham nada a opor, atendendo a que, no caso da consulta que é feita às organizações, quer às do Concelho, quer às de fora do Concelho, elas sabem que para concorrer, para além da questão do preço, têm que ter subjacente a própria Direcção Regional de Educação, hoje, tem os serviços de aconselhamento e fiscalização da qualidade alimentar. -----

----- Disse ainda que o próprio município desde há um tempo a esta parte introduziu também as frutas escolares e não só. Há uma componente qualitativa que os serviços da Câmara asseguram. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar as propostas apresentadas e o caderno de encargos que consta como documento anexo à presente acta sob o número quatro. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **4 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO DO RANCHO** -----

----- **FOLCLÓRICO “FLORES DO MONTE” – SEIXO.** -----

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Julho 05***

----- A Vereadora Alexandra Ferreira propôs a atribuição de um subsídio no valor de 500,00€ (quinhentos euros) à Associação do Rancho Folclórico “Flores do Monte” do Seixo, a fim de fazer face a despesas de investimento, mais concretamente apoiar nas despesas tidas com pintura e reboco efectuadas em sede própria. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada. -----

#### **----- 5 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO CULTURAL RECREATIVA E DESPORTIVA DO BEBEDOURO -----**

----- A Vereadora Alexandra Ferreira propôs a atribuição de um subsídio no valor de 800,00€ (oitocentos euros) à Associação Cultural Recreativa e Desportiva do Bebedouro, a fim de fazer face a despesas de investimento, mais concretamente apoiar nas despesas de aquisição de material informático. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada. -----

#### **----- 6 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO A “O SOBREIRO” - CENTRO DE CULTURA RECREIO E DESPORTO – RESGATADOS -----**

----- A Vereadora Alexandra Ferreira propôs a atribuição de um subsídio no valor de 3.000,00€ (três mil euros) a “O Sobreiro” – Centro de Cultura Recreio e Desporto - Resgatados a fim de fazer face a despesas de investimento, mais concretamente em obras efectuadas em sede própria. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada. -----

#### **----- 7 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO JUVENIL “CÓDIGO DINÂMICO” DA EREIRA. -----**

----- A Vereadora Alexandra Ferreira, propôs a atribuição de um subsídio no valor de 350,00€ (trezentos e cinquenta euros) à Associação Juvenil “Código Dinâmico” da Ereira a fim de fazer face a despesas tidas com as actividades das Festas Populares de Santo António. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

#### **----- 8 – COLECÇÃO DE POSTAIS COMEMORATIVA DE FERNÃO MENDES PINTO. -----**

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Julho 05***

-----A Vereadora Alexandra Ferreira informou que, no âmbito das Comemorações dos 500 anos de Fernão Mendes Pinto, está programada mais uma iniciativa, que terá lugar no próximo dia 8 de Julho, na Galeria Municipal.-----

-----Trata-se da instalação, por um dia, de um posto de correio, onde o público poderá enviar a correspondência, com o selo e carimbo comemorativos de Fernão Mendes Pinto.---

-----Para esta iniciativa, foi concebida uma colecção de postais comemorativos, conforme documento anexo à presente acta sob o número cinco.-----

-----Assim, propunha que o preço de venda ao público da referida colecção fosse de 2 € (IVA incluído).-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos.-----

#### **----- V. DIVISÃO DE DESPORTO, JUVENTUDE, TEMPOS LIVRES E TURISMO -----**

##### **----- 1 – APOIO AO ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO – CENTRO -----**

##### **----- COLUMBÓFILO DE ARAZEDE.-----**

-----O Presidente da Câmara propôs a atribuição de um subsídio no valor de 850,00€ ao Centro Columbófilo de Arazede, de acordo com o Regulamento de Apoio ao Associativismo, para fazer face a despesas de capital, mais concretamente com a aquisição de equipamento electrónico.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos.-----

##### **----- 2 – APOIO AO ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO – CENTRO -----**

##### **----- CULTURAL RECREATIVO E DESPORTIVO DE VERRIDE -----**

-----O Presidente da Câmara propôs a atribuição de um subsídio no valor de 435,00€ ao Centro Cultural Recreativo e Desportivo de Verride, de acordo com o Regulamento de Apoio ao Associativismo, para fazer face a despesas correntes, mais concretamente para apoio às Actividades de Lazer, referente à época 2009/2010.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos.-----

##### **----- 3 – APOIO AO ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO – FINAL FOUR DA -**

##### **----- TAÇA DE PORTUGAL FEMININO – TORNEIO DE SUB-18 -----**

##### **----- FEMININO – MODALIDADE HÓQUEI PATINS – ASSOCIAÇÃO DE**

##### **----- PATINAGEM DE COIMBRA.-----**



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Julho 05***

----- O Presidente da Câmara propôs a atribuição de um subsídio no valor de 800,00€ à Associação de Patinagem de Coimbra, para a realização da Final Four da Taça de Portugal Feminino Torneio de Sub-18 Feminino, na modalidade de Hóquei Patins. -----

----- Este evento será realizado no Pavilhão da AFA em Arazede, nos dias 24 e 25 de Julho do corrente ano, de acordo com o Regulamento de Apoio ao Associativismo. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

#### **----- 4 – APOIO AO ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO – CÍRCULO DE XADREZ DE MONTEMOR-O-VELHO – RELATÓRIO FINAL. -----**

----- O Presidente da Câmara propôs a atribuição de um subsídio no valor de 4.600,00€ ao Círculo de Xadrez de Montemor-o-Velho, referente à época desportiva 2008/2009, de acordo com o Regulamento de Apoio ao Associativismo. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

#### **-----VI – DIVISÃO DE APOIO ESPECIALIZADO-----**

##### **----- 1 – 1ª. ADENDA AO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO “CELEIRO - DOS DUQUES DE AVEIRO DA VILA DE PEREIRA – GESTÃO E --- FUNCIONAMENTO” .-----**

----- O Presidente da Câmara informou que, na sequência da Informação do Gabinete Municipal de Cultura e Associativismo desta Autarquia e da deliberação da Câmara Municipal de 21 de Julho corrente, propunha a aprovação da minuta da 1ª. Adenda ao Protocolo de Colaboração celebrado entre o Município, a Junta de Freguesia de Pereira e a Direcção da Associação Desportiva Cultural e Recreativa de Pereira, relativo à Gestão e Funcionamento do celeiro dos Duques de Aveiro (documento anexo à presente acta sob o número seis). -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a 1ª. Adenda ao Protocolo de Colaboração atrás mencionado. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

##### **----- 2 – TOPONÍMIA E NUMERAÇÃO DE POLICIA NAS FREGUESIAS DE VERRIDE E LICEIA. -----**

----- O Vereador Abel Girão deu conhecimento de que na reunião da Comissão Municipal de Toponímia decorrida no dia 21 de Junho de 2010, foram apresentadas as actas finais das freguesias de Verride e Liceia, bem como a entrega dos respectivos mapas

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Julho 05***

referentes à numeração de polícia, tendo os respectivos documentos sido aprovados pela mesma Comissão.-----

----- Deste modo, os processos de toponímia das freguesias supra citadas, encontram-se finalizados. -----

----- Seguidamente usou da palavra o Presidente da Câmara dizendo que, neste momento existem seis freguesias com toponímia e numeração de polícia completos. -----

----- A ideia é gradualmente fechar todos os processos de toponímia e numeração de polícia no corrente ano, para no próximo se promover a edição do livro dos Topónimos do Concelho e fechar o processo, de acordo com o que foi acordado com os CTT, sobretudo nas freguesias mais delicadas. -----

----- Assim, propôs a aprovação da proposta de toponímia para as freguesias de Verride e Liceia. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta de toponímia das freguesias de Verride e Liceia, bem como remetê-la à Assembleia Municipal, para conhecimento. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

#### ----- **3 – AGNI-INC – DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS PARA** -----

#### ----- **ENERGIAS ALTERNATIVAS, SA – PROCESSO DE INSOLVÊNCIA** -

----- O Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta: -----

----- “A - Em 28 do mês de Junho passado, efectuou-se uma reunião entre os serviços municipais envolvidos, o Dr. Deolindo Correia e o Administrador da Insolvência da empresa AGNI INC – Desenvolvimento de Sistemas para Energias Alternativas, S.A., a correr termos sob o processo nº 1380/09.8TYLSB, do 1º Juízo do Tribunal do Comércio de Lisboa, Dr. Francisco Oliveira, cujo principal objectivo para agendamento era a entrega de uma notificação dirigida ao Município de Montemor-o-Velho para a pronúncia sobre duas questões: -----

----- a)- realização de reavaliação dos lotes de terreno situados no Parque de Negócio de Montemor-o-Velho (PNMMV) adquiridos pela AGNI e agora integrados na massa insolvente;-

----- b) Eventual exercício do direito de reversão por parte do Município, de acordo com o previsto Regulamento de Alienação dos Lotes do PNMM, tal como consignado na respectiva escritura. -----

----- Estas duas questões deverão ser respondidas até ao próximo dia 7 de Julho pelo que se submetem a apreciação e parecer do Executivo Municipal. -----

----- Em mão foi igualmente o Relatório do Administrador da Insolvências, nos termos do artigo 155º do Código da Insolvência e Recuperação de Empresas (CIRE) que inclui a

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Julho 05***

Relação de Créditos Reconhecidos e não Reconhecidos, nos termos do artigo 129º do mesmo diploma.-----

----- B – No decurso da mesma reunião o Administrador de Insolvência deu conhecimento de que havia apresentado o seu “Parecer” nos termos da alínea a) do artigo 191º do diploma acabado de referir ao Juiz do Processo, com fundamento na presunção de existência de culpa.-----

----- Face aos factos enunciados, PROPONHO que a Câmara Municipal delibere participar ao Ministério Público e ao Juiz titular do processo de Insolvência sobre eventuais actuações danosas da empresa insolvente AGNI INC – Desenvolvimento de Sistemas para Energias Alternativas, S.A. face aos prejuízos patrimoniais e não patrimoniais causados ao Município bem como sobre a conveniência de accionar os mecanismos legais necessárias à protecção das garantias constantes das cláusulas de salvaguarda constantes do Regulamento do PNMMV e da Escritura celebrada para alienação dos Lotes em causas.-----

----- MAIS PROPONHO que pelo Sindico Dr. Deolindo Correia seja continuado o acompanhamento deste processo, designadamente quanto à existência de vícios na constituição da hipoteca sobre os lotes a favor da BOND CAPITAL PARTNERS I LIMITED bem como para accionar as cláusulas de reversão e outras garantias previstas na escritura”.-----

----- Usou da palavra o Vereador Emilio Torrão dizendo que, quanto à realização da reavaliação entende que devem ser contra, porque o município pode vir a ser prejudicado em fase de depreciação conjuntural dos bens imobiliários na actualidade e julga que está no processo o fundamento para a recusa. -----

----- Em relação ao eventual exercício do direito de reversão por parte do município, os Vereadores do Partido Socialista são de opinião de que incondicionalmente se deve exercer esse direito de reversão, sendo certo que foram confrontados com alguma surpresa porque não tinham a informação de que existia uma hipoteca. Com a existência desta, têm sinceras dúvidas em relação ao exercício deste direito, em face da prevalência dos direitos reais e neste caso neste direito real de garantia.-----

----- Portanto, queria ser esclarecido no sentido de perceber como é que isto tinha sido possível, em face do regulamento. -----

----- Disse ainda que pretendia ser esclarecido, se a Câmara não tinha sido representada na assembleia de credores na reunião de 28 de Julho, pois foi entregue em mão o relatório do administrador de insolvência. -----

----- Se já existe relatório do administrador de insolvência, parecia-lhe que esse relatório devia ser conhecido da Câmara e ele deve ter sido entregue ou, nessa assembleia de

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Julho 05***

credores ou os Vereadores deviam ter sido notificados desse relatório, onde se indicia que a falência é fraudulenta.-----

----- Portanto gostaria de ver esclarecidas estas questões, numa primeira abordagem.-----

----- Uma segunda abordagem, antevê pela proposta que se deveria participar ao Ministério Público e nesta questão são incondicionalmente de parecer favorável de que a Câmara deve participar todos os factos ilícitos que tenha conhecimento, por parte da administração desta empresa – AGNI.-----

----- Na última proposta, os Vereadores do Partido Socialista são de parecer que a proposta do Dr. Deolindo Correia, ilustre advogado da Comarca e de reconhecido mérito deve ser indicado para acompanhar este processo. Sendo certo que, este é um processo de natureza muito complexa e deverá ser entregue ao Dr. Deolindo e serem garantidas todas as condições para que ele possa exercer todo o patrocínio. Isto implica que, possa haver necessidade de recorrer a pareceres jurídicos externos, com a contratação de outros técnicos que possam auxiliar nesta missão.-----

----- Finalmente gostariam de recomendar e consentâneo com a posição de que concordam que isto deve ser participado ao Ministério Público e a Câmara deverá estar em primeira linha, mas de imediato deverá ser feito o seguinte: -----

----- Ser criada uma equipa multidisciplinar para analisar urgentemente todo o processo, a fim de averiguar todas e quaisquer irregularidades e eventuais actos ilícitos que possam vir a ser detectados nessa análise, porque efectivamente este processo, se vai para o Ministério Público tem que ter da Câmara a máxima colaboração na detecção de qualquer irregularidade e de qualquer acto ilícito deve ser imediatamente participado.-----

----- Em simultâneo, deve ser feita uma vistoria e uma avaliação daquilo que está edificado, para que a Câmara possa ter uma noção correcta do valor do que lá está e para que a Câmara possa ter uma posição correcta e concreta em face do desenvolvimento do processo de insolvência no futuro. -----

----- Parece-lhe que estas propostas são consentâneas com aquilo que se pretende neste processo.-----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento da notificação entregue pelo Administrador da Insolvência da “ AGNI-INC – Desenvolvimento de Sistemas de Energias Alternativas, S.A.”, em 25 de Junho de 2010, bem como relatório do mesmo Administrador elaborado nos termos do art.º. 155º do CIRE e, depois de apreciar os mencionados documentos, deliberou: -----

## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

### ***Reunião ordinária de 2010 de Julho 05***

----- 1. Como questão prévia, referir que por Aditamento ao Alvará de Loteamento do Parque de Negócios de Montemor-o-Velho (AP. 16/06/24) a unificação dos lotes 17,18,19,21,22 e 23 deu origem no Registo Predial ao lote 17/18/19/21/22/23, com as seguintes características: área total 17.006 m<sup>2</sup>; área de implantação 6.638 m<sup>2</sup>; área de construção: 9.300 m<sup>2</sup>; volume máximo de construção 85.030 m<sup>3</sup>; afectação: indústria. -----

----- 2. Relativamente às duas questões colocadas pelo Exm<sup>o</sup> Administrador da Insolvência, determinar que sejam respondidas nos termos seguintes: -----

----- a) Relativamente à reavaliação dos imóveis, para os fins do disposto na alínea f), do artigo 10<sup>o</sup> do Regulamento para atribuição de Incentivos, aplicável por força do ponto 2 da Cláusula 4<sup>a</sup> da Escritura de Compra e Venda celebrada entre este Município e a " AGNI-INC – Desenvolvimento de Sistemas de Energias Alternativas, S.A.", em 07 de Outubro de 2007, a Câmara Municipal deliberou não ver qualquer interesse na mencionada reavaliação, na perspectiva da defesa dos interesses do Município atendendo, nomeadamente, ao preço praticado para os demais lotes do Parque de Negócios; -----

----- b) Relativamente ao exercício do direito de reversão em relação aos mesmos lotes de terreno, salvaguardado pela cláusula nº 2 na escritura acima mencionada, a Câmara Municipal deliberou exercer esse mesmo direito, o que concretizará a curto prazo, pelos meios adequados, para reversão sem qualquer direito dos lotes de terreno e todas as obras e benfeitorias aí implantadas que não possam ser levantadas sem detrimento da coisa, de acordo com o previsto no ponto 3 da cláusula segunda da mencionada escritura. -----

----- 3. Mais deliberou mandar o Presidente da Câmara ou Vereador no qual o mesmo delegue essa competência, para representar o Município em Juízo ou fora dele, para todos os assuntos relacionados com a insolvente " AGNI-INC – Desenvolvimento de Sistemas de Energias Alternativas, S.A." -----

----- 4. Deliberou ainda mandar o Dr. Deolindo Correia, Advogado com escritório nesta vila de Montemor-o-Velho para os mesmos fins, com os mais amplos poderes forenses em direito permitido, incluindo o de substabelecer. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Terminada a Ordem de Trabalhos, pelas doze horas e trinta minutos, foi pelo Presidente da Câmara encerrada a reunião, da qual para constar se elaborou a presente acta, sob a responsabilidade da Directora de Departamento, que vai ser assinada nos termos da Lei, na reunião seguinte. -----

# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**

***Reunião ordinária de 2010 de Julho 05***

**O PRESIDENTE DA CÂMARA,**

Luis Manuel Barbosa Marques Leal, Dr.

**A DIRECTORA DE DEPARTAMENTO,**

Filomena Maria Colaço Martins, Dr.<sup>a</sup>